

## **ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE OURO À ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS**

(Auditório Municipal da Póvoa de Varzim, 16 de Junho de 2005)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim  
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Senhor Vereador da Educação e da Cultura  
Exmo. Senhor Director Regional da Educação do Norte  
Exmo. Senhor Presidente do Conselho Executivo da ESEQ  
Exmos Senhoras Professoras e Professores da ESEQ  
Exmos Alunos, Pais e Encarregados de Educação e Pessoal Não  
Docente  
Exmos. jornalistas e outros profissionais da comunicação social  
Exmas. Senhoras  
Exmos. Senhores

Começo, naturalmente, por agradecer o convite que me foi dirigido pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Executivo (Dr. José Eduardo Lemos) para estar presente nesta cerimónia de atribuição da **Medalha de Ouro** à Escola Secundária Eça de Queirós. É para mim uma grande honra poder associar-me a este momento, particularmente quando a Escola Secundária Eça de Queirós comemora o seu centenário.

Este evento, de natureza marcadamente simbólica, reveste-se de um duplo significado: por um lado, o reconhecimento público da importância do serviço educativo prestado pela ESEQ ao longo de um século de existência; e por outro lado, o reforço de uma relação estreita e colaborativa entre a autarquia local e esta instituição educativa. A

atribuição da Medalha de Ouro representa, assim, para esta escola, não meramente uma recompensa pela qualidade e excelência demonstradas ao serviço da comunidade e da educação pública, mas, sobretudo, o incentivo para o desenvolvimento de futuros projectos de acção, cada vez mais articulados e apoiados em lógicas políticas de âmbito local e, na medida do possível, de forte cariz comunitário.

Se é certo que para o século XXI transita a responsabilidade social de consolidação do projecto (ainda inacabado) de democratização das escolas, quer aos níveis do acesso e do sucesso escolar, quer nos planos político, pedagógico e administrativo, e sendo cada vez mais premente pensar, com redobrada preocupação, para as actuais desigualdades que se tendem a traduzir no acesso diferenciado às distintas modalidades do conhecimento (numa suposta *sociedade do conhecimento*); também é verdade que tal processo só se torna efectivamente concretizável se assentar num enquadramento político simultaneamente de âmbito local e nacional (e cada vez mais também global). Por outras palavras, o reforço da autonomia democrática das escolas implicará, no futuro próximo, não necessariamente uma governação independente do Estado e do Poder Local, mas antes, e parafraseando um dos mais reputados investigadores nacionais em Educação, João Barroso, "uma renovada gestão de outras

dependências", onde o poder local assumirá claramente uma função mais activa e interveniente nos processos educativos.

Ora, o desenvolvimento de uma política local de educação e de ensino, atenta e vigilante aos princípios e valores democráticos que legitimam o próprio sistema público de educação, sustenta-se, necessariamente, numa relação estreita e dialogante entre as escolas e o espaço local de referência. Deste ponto de vista, e na qualidade de investigadora que há mais de uma década se dedica a estudar a ESEQ, cabe-me tecer, seguidamente, algumas breves considerações histórico-sociológicas sobre a relação escola-comunidade.

Um olhar panorâmico aos 100 anos de vida desta escola detém-se, inquestionavelmente, sobre o importante papel desempenhado pela autarquia e pela comunidade povoense na sua institucionalização, na sua consolidação, no seu desenvolvimento e na sua projecção. Para ser mais precisa, diria antes que sem a omnipresença da comunidade local e da respectiva autarquia o Liceu jamais teria passado de um projecto, de uma intenção, ou, quanto muito, de uma experiência de curta duração.

Relembremos alguns factos, alguns fragmentos do arquivo imemorial desta terra, de modo a não tornar gratuito e circunstancial este meu olhar:

No período que antecedeu a criação do Liceu, em 1904, a acção da autarquia e da comunidade povoense (não meramente circunscrita às fronteiras geográficas do concelho) fez-se sentir, entre outros momentos, no aparecimento da Aula, ou Escola Minerva, em 1881; ou na abertura do Instituto Municipal da Póvoa de Varzim (ou Instituto de Instrução Pública), em 1883, mais tarde rebaptizado de Instituto Luíz António (1886), sob proposta camarária para homenagear um ilustre poveiro. Estou em crer que estes 26 anos de ensino secundário oficial na Póvoa de Varzim constituíram um período probatório, no qual se afinaram certezas e se desbravaram caminhos que culminaram na criação do Liceu. Sem a subvenção da autarquia nos primeiros anos de vida e sem a procura constante, por parte desta, de espaços adequados ao funcionamento logístico e pedagógico do Liceu, certamente não estaríamos hoje, aqui, a comemorar o seu centenário. Tão pouco a Póvoa de Varzim seria o que hoje é. A história desta instituição deixou para a posteridade o registo de inúmeras matrículas de sucessivas gerações de alunos e de perto de 2200 funcionários, entre professores e pessoal não docente.

A ideia da criação de um *Liceu* na Póvoa de Varzim remonta a finais do século XIX e depressa se transformou numa causa de

interesse público, envolvendo, desde então, importantes vultos locais, dos quais destacamos o padre /jornalista /professor Afonso dos Santos Soares e o jornalista Santos Graça. Como corolário de um conjunto de pressões sociais e políticas de âmbito local, a Câmara Municipal, sob a presidência de David Alves, e depois de consultados os quarenta maiores contribuintes, conforme a lei, conseguiu apresentar ao Governo a proposta da criação de um *Liceu*, em 23 de Setembro de 1903. Esta campanha parece ter surtido pleno efeito, pois o vilacondense Conselheiro Abel Andrade, na altura Director Geral da Instrução Pública, aceitou e apoiou tal empreendimento. De facto, é com a publicação do Decreto de 14 de Julho de 1904 que é criado o *Liceu Nacional da Póvoa de Varzim*

Um dos marcos relevantes a reter na história desta escola diz respeito à sua elevação a Liceu Nacional. As diversas fontes documentais e bibliográficas são eloquentes quanto à importância conferida pela população povoense a esta *nacionalização* do Liceu, transformada para alguns numa vitória local, para outros num prémio ou gratificação pública. Mais do que se celebrar a libertação do ónus da sua manutenção, financeiramente suportada pela Câmara durante 15 anos, a aludida mudança de estatuto do Liceu deve ser entendida, sobretudo, no plano simbólico, cujo alcance político-educativo e

geográfico se anteviam e que o curso dos dias não se encarregou de desmentir nos tempos que se seguiram.

O simbolismo desta promoção foi ainda mais ampliado socialmente pelo facto de ter sido Leonardo Coimbra (professor e político muito acarinhado na Póvoa de Varzim), então Ministro da Instrução Pública, a aceitar tal proposta, a pedido do seu amigo Santos Graça. Com efeito, pelo decreto nº 5479, de 14 de Abril de 1919, todas as despesas relativas ao funcionamento do Liceu passaram para o encargo do Estado, tendo, no entanto, a Câmara ficado com a obrigação de (e passo a citar) "ceder ao Estado um Edifício com as necessárias condições pedagógicas". Se esta passagem de tutela se reflectiu decisivamente nos vários planos educativos, organizativos, financeiros, entre outros, tal não me autoriza a afirmar que se tivesse cortado definitivamente o *cordão umbilical* com a comunidade local. Mesmo em períodos de maior controlo político e administrativo da escola por parte do poder central, sobretudo durante a longa vigência do Estado Novo, a nossa escola não se alheou nem permaneceu indiferente ao pulsar do quotidiano povoense.

Após deambular por 5 locais diferentes (que passo a citar: Prédio do Tomás Areias, Colégio das Doroteias, Prédio do Colégio Povoense, Moradia da Família Silveira Campos e Antiga Fábrica do Gás), todos

eles edifícios adaptados às especificidades organizacionais de uma escola, as deficientes condições de funcionamento e a pressão exercida pela procura crescente do número de alunos trouxeram consigo a necessidade de se avançar para a construção de um edifício próprio. Assim, entre as décadas de 30 e de 40, e após a oferta Camarária dos terrenos para a construção do novo edifício, procedeu-se a movimentações diversas para que a Póvoa conseguisse a autorização superior para construção do novo edifício.

Foi com a aproximação do centenário do escritor Eça de Queirós, patrono do Liceu, que a comunidade povoense alimentaria esperanças redobradas em conseguir do Estado a construção de um edifício novo para o Liceu. O levantamento de uma estátua do escritor na Praça do Almada, junto à casa onde se pensa que ele nasceu, serviu de mote a uma campanha, que passou pela formação, na Póvoa de Varzim, da Comissão do Centenário e pró-Liceu, e em Lisboa, de uma outra Comissão de poveiros ilustres, ambas responsáveis por empreender todo um conjunto de acções, que proporcionassem uma homenagem condigna a Eça de Queirós, sendo, por conseguinte, a construção de um edifício escolar novo a melhor forma de o perpetuar. E foi precisamente nas vésperas do centenário que a Póvoa de Varzim viu concretizado o seu objectivo, com a tão esperada publicação do Decreto

Lei nº35:201, de 24 de Novembro de 1945, que dotava a população poveira de um novo edifício escolar. Este foi efectivamente inaugurado em 18 de Outubro de 1952.

As décadas seguintes foram pródigas no estreitar de laços entre a escola e o poder local. Tal como em qualquer boa relação também nesta se revelaram tensões e alguns naturais conflitos. Contudo, nos momentos mais decisivos da vida do Liceu, sempre que se exigia a defesa dos interesses educativos locais, a comunidade pode usufruir desta prolongada e cúmplice relação. Dando alguns exemplos:

— em plena década de 70, logo após a revolução de Abril de 1974, merece registo os esforços movidos pelos órgãos de governação da escola no sentido de criar o curso nocturno no Liceu, contando para o efeito com o apoio dos alunos, da Câmara Municipal e da imprensa local;

— outro episódio reporta-se à instalação do 12º ano de escolaridade na ESEQ, no ano lectivo de 1979/80, tendo mobilizado os alunos, os encarregados de educação, os professores e a autarquia. Posto a correr um abaixo assinado de alunos e encarregados de educação, prontamente no Conselho Pedagógico se consensualizou no sentido de se apoiar esta iniciativa, sendo enviado, semanas depois, um



pedido ao Ministério da Educação já com assinaturas de professores e com o empenho da Câmara Municipal;

— durante parte da década de 90, a ESEQ viu-se obrigada a funcionar em dois edifícios separados (a sede e a secção), tendo sido um período particularmente difícil na gestão quotidiana desta organização escolar, ao nível pedagógico, do ambiente de trabalho, entre muitos outros constrangimentos. Após várias tentativas para resolver esta situação, foi através da cooperação com a Câmara Municipal, chamada a colaborar na resolução do caso, que se conseguiu uma solução em 1997 e que passou, justamente, pelo encerramento da Secção e pela respectiva redistribuição dos alunos pelas escolas da zona pedagógica.

Mas a inserção da escola na comunidade também se revelou a outros níveis, nomeadamente a nível social e cultural. Destaco algumas das mais significativas actividades de âmbito extra-curricular que envolveram alunos, professores, pessoal não docente, pais, e que mereceram o apoio, o incentivo e a indispensável colaboração da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, de várias instituições locais e de toda a comunidade em geral. Recordemos, por exemplo, o Magusto aberto à comunidade em 1995; o Sarau Queirosiano, comemorativo dos 150 anos do nascimento de Eça de Queirós; o Passeio Público; a

Inauguração da Rua da Junqueira em 1997; o fim-de-semana queirosiano em 2000, etc, etc. Destaque, ainda, para as homenagens a antigos professores desta escola, algumas delas merecedoras de cerimónias públicas e com o inestimável apoio da autarquia, amplamente participadas pela população e com eco na comunicação social local e nacional (refiro-me a figuras como o Dr. Luís Amaro de Oliveira e do Dr. Énio Ramalho).

Mais recentemente, saliente-se as comemorações do cinquentenário do edifício da ESEQ (18 de Outubro de 2002), abertas à participação da comunidade local, com a particularidade de se ter eleito um espaço de elevada carga simbólica, para muitas gerações de alunos e professores que passaram por esta escola, para o decurso das principais actividades comemorativas — o conhecido *Diana-Bar*.

Uma última palavra para o papel da comunicação social na construção da imagem pública desta instituição de ensino. Sempre atenta e vigilante, a imprensa escrita e radiofónica do concelho tem conferido alguma centralidade às questões da educação escolar, constituindo-se, deste modo, como uma incontornável e insubstituível fonte de pesquisa, de consulta e de informação para quem se interessa pelo campo educativo. A reconstituição histórica da vida desta escola não seria possível, pelo menos com a profundidade desejável, sem o

recurso às fontes documentais disponibilizadas, nomeadamente, pela imprensa local.

Por fim, o apoio concedido pela CMPV à publicação de alguns dos meus trabalhos de investigação sobre esta instituição de ensino — como aliás a muitos outros estudos relevantes na área da educação de outros autores poveiros —, representa mais um indicador da aposta permanente da autarquia na causa educativa.

Tive a honra de proferir o discurso de abertura solene das comemorações do centenário da ESEQ, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, no dia 23 de Outubro de 2004. Tal como nesse dia, termino agora esta minha intervenção reproduzindo as mesmas palavras finais daquele discurso, não só por soarem bem, mas essencialmente por revelarem um ponto de vista muito pessoal sobre o modo como observo a relação entre a escola e a comunidade:

*"Esta breve referência a momentos importantes da vida da ESEQ não é concerteza suficientemente reveladora da riqueza histórico-cultural desta destacada instituição poveira, mas tem o condão de lembrar (ou de rever) fragmentos do seu percurso de afirmação e de desenvolvimento no seio da comunidade que a desejou, resguardou e lhe deu um lastro cultural e social que lhe permitiu afirmar-se para além*

*dos limites do nosso concelho. Este simples exercício de partilha de memórias representa tão-somente uma forma de reforçarmos o nosso sentido de pertença, de fortalecermos a identidade organizacional da escola, assente, estou em crer, numa forte aliança estratégica entre Educação, a comunidade e o Poder Local".*

Muito Obrigada, Parabéns à Escola e Votos de Continuação de Boas Comemorações.